

A. I. N.º - 115969.0045/04-4
AUTUADO - MARFIM COMÉRCIO DE MÓVEIS LTDA.
AUTUANTE - MARIA MADALENA BARRETO DA SILVA
ORIGEM - INFAZ BONOCÔ
INTERNET - 07. 07. 2005

4ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL

ACÓRDÃO JJF Nº 0217-04/05

EMENTA: ICMS. 1. LEVANTAMENTO QUANTITATIVO DE ESTOQUES. SAÍDAS E ENTRADAS DE MERCADORIAS SEM OS DEVIDOS REGISTROS FISCAIS E CONTÁBEIS. Constatando-se, num mesmo exercício, diferenças tanto de saídas como de entradas através de levantamento quantitativo, deve ser exigido o imposto tomando-se por base a diferença de maior expressão monetária. Infração caracterizada. 2. SIMBAHIA. EMPRESA DE PEQUENO PORTE. RECOLHIMENTO A MENOS DO IMPOSTO. Infração elidida parcialmente. Auto de Infração **PROCEDENTE EM PARTE**. Decisão unânime.

RELATÓRIO

O presente Auto de Infração, lavrado em 29/12/04, exige ICMS no valor de R\$ 2.015,85, acrescido das multas de 70% e 50%, em razão das seguintes irregularidades:

1 – “Falta de recolhimento do ICMS constatado pela apuração de diferenças tanto de entradas como de saídas de mercadorias, sendo exigido o imposto sobre a diferença de maior expressão monetária – a das operações de entradas – com base na presunção legal de que o sujeito passivo, ao deixar de contabilizar as entradas, efetuou os pagam. dessas entradas com recursos provenientes de operações de saídas de mercadorias realizadas anteriormente e também não contabilizadas, no mesmo exercício” (2003 e 2004) – R\$ 809,69;

2 - “Recolheu a menor o ICMS, na condição de Empresa de Pequeno Porte enquadrada no Regime Simplificado de Apuração do ICMS (SIMBAHIA)” - R\$ 1.206,16.

O autuado apresenta impugnação, às fls. 60/61, apenas em relação à segunda infração, alegando que a autuante incluiu indevidamente na base de cálculo, notas fiscais de transferência e de devolução, bem como também se equivocou nos somatórios mensais de seu levantamento. Apresenta demonstrativo à fl. 61, referente às suas alegações e pede a anulação do valor exigido na infração em comento.

A autuante, em informação fiscal, à fl. 83, diz que foram refeitos os cálculos e elaborados novos demonstrativos (fls. 86/87) para a segunda infração, o que resultou na redução do valor a ser exigido para R\$ 282,15 (fls. 84/85).

O autuado foi intimado (fls. 88 a 97) para tomar ciência dos novos demonstrativos anexados aos autos pela autuante, porém não se manifestou.

VOTO

No que diz respeito à primeira infração, na qual foi constada tanto omissão de saída como de entrada de mercadorias, apuradas através de levantamento quantitativo de estoques, o autuado não apresentou contestação, concordando, dessa forma, tacitamente com a exigência fiscal.

Portanto, fica mantida a autuação nesse item, ressaltando que a autuante, corretamente só exigiu o imposto tomando-se por base a diferença de maior expressão monetária, ou seja, as das operações de entradas, com base na presunção legal de que o sujeito passivo, ao deixar de contabilizar tais entradas, efetuou seus pagamentos com recursos provenientes de operações de saídas de mercadorias realizadas anteriormente e também não contabilizadas.

Em relação à segunda infração, que trata do recolhimento a menos do ICMS, na condição de Empresa de Pequeno Porte, o autuado alegou que a autuante incluiu indevidamente na base de cálculo, notas fiscais de transferência e de devolução, bem como também se equivocou nos somatórios mensais de seu levantamento.

A autuante, por ocasião da informação fiscal, acatou parte das alegações defensivas, reconhecendo alguns equívocos cometidos. Dessa forma, elaborou novos demonstrativos (fls. 86/87), reduzindo o valor a ser exigido para R\$ 282,15 (fls. 84/85), com o qual concordo.

Ressalto que o autuado foi intimado (fls. 88 a 97) para tomar ciência dos novos demonstrativos referidos, porém não se manifestou, o que implica na sua concordância com a retificação efetuada.

Do exposto, voto pela PROCEDÊNCIA EM PARTE do Auto de Infração.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 4ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **PROCEDENTE EM PARTE** o Auto de Infração nº 115969.0045/04-4, lavrado contra **MARFIM COMÉRCIO DE MÓVEIS LTDA.**, devendo ser intimado o autuado para efetuar o pagamento do imposto no valor de **R\$ 1.091,84**, acrescido das multas de 50% sobre R\$ 282,15 e de 70% sobre R\$ 809,69, previstas no art. 42, I, “b, item 3”, e III, respectivamente da Lei nº 7.014/96, e dos acréscimos legais.

Sala das Sessões do CONSEF, 21 de junho de 2005.

ANTÔNIO AGUIAR DE ARAÚJO - PRESIDENTE

LUÍS ROBERTO DE SOUSA GOUVÊA - RELATOR

MÔNICA MARIA ROTERS – JULGADORA